

Cortes no Orçamento de 2025 geram crise entre ministérios

Contas públicas Orçamento de 2025

Ministérios reclamam de redução de verbas e falam em paralisa de serviços

— Em ofícios ao Ministério do Planejamento, pastas alegam que recursos já indicados são insuficientes e que põem em risco até contratos de água e internet

DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

A elaboração do Orçamento de 2025 provocou uma crise entre os ministérios, com ameaças de paralisa de atividades e serviços públicos em função dos cortes planejados pela equipe econômica. Órgãos alegam que os recursos do Orçamento para o próximo ano, cujo projeto tem de ser enviado ao Congresso até o dia 30, não são suficientes — o que poderia prejudicar desde o atendimento da Previdência Social até provocar falta de água e internet em prédios

da Presidência da República (mais informações na pág. B2).

O governo tenta manter em 2025 o mesmo valor liberado para os investimentos neste ano, priorizando obras em andamento e o Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC). Mas, para isso, decidiu cortar despesas administrativas de ministérios e autarquias, conforme documentos internos aos quais o Estadão teve acesso. Procurado, o Ministério do Planejamento e Orçamento afirmou que o projeto orçamentário está em processo de elaboração e não se manifestará antes do

seu envio ao Congresso.

Os cortes planejados para 2025 se somam ao congelamento de gastos de R\$ 15 bilhões decretado neste ano, num esforço para

**Aposentados
Direção do INSS
afirma que existe risco
de paralisação de
unidades de atendimento**

tentar atingir as metas do arcabouço fiscal, e que dificilmente será revertido. Em outra frente, o aumento de despesas obrigatórias — como benefícios previden-

ciários e assistenciais — e o avanço das emendas parlamentares agravam a situação. Conforme o Estadão revelou, o governo e o Congresso adotaram uma manobra contábil que sacrificou a manutenção de órgãos federais para aumentar emendas que herdam o espólio do chamado “orçamento secreto”.

O INSS, por exemplo, recebeu um orçamento preliminar de R\$ 1,9 bilhão para 2025, e afirmou que o mínimo necessário para cobrir todas as despesas é de R\$ 2,4 bilhões. O valor estipulado atualmente pelo governo “não será suficiente para cumprir seus contratos em vigor até o fi-

nal do exercício”, segundo o órgão afirmou em ofício interno.

Um dos contratos ameaçados é com a Dataprev, que reúne uma base de dados com todos os benefícios da Previdência Social. Além disso, de acordo com o instituto, há risco de paralisação de unidades de atendimento e, no âmbito das perícias, multas por descumprimento de ordem judicial.

As despesas não obrigatórias do Poder Executivo, que incluem investimentos e custeio da máquina pública, devem somar R\$ 203,9 bilhões em 2025, de acordo com o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025. O valor precisa ser dividido entre investimentos, despesas administrativas, serviços públicos e emendas parlamentares.

Não há garantias, no entanto, de que o montante será mantido. Em 2024, essa fatia de recursos da União sofreu um corte de R\$ 8,4 bilhões entre o que estava previsto no início do ano e o que foi atualizado em julho. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia e Negócios Caderno: B Pagina: 1